

COLFAC ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL EM SÃO FRANCISCO DO SUL – SC		ATA DA REUNIÃO	Número: 022
Data: 11/11/2020	Horário: 09h	Local: Semipresencial, transmitida via canal da SCPAR São Francisco do Sul. https://www.youtube.com/channel/UCG9LZn4E1KZuYI9wR8ZuDsA	

Temas Abordados	Assuntos, Encaminhamentos e Resultados	
1.ABERTURA – COLFAC. Composição dos representantes;	<p>O Delegado Adjunto da Alfândega da RFB no Porto de São Francisco do Sul (SC), Sr. Roberto Hammerschmidt Estrugala, iniciou 22ª Reunião do COLFAC presencialmente no auditório da SCPAR São Francisco do Sul, convidando os representantes das entidades no conselho para fazer a composição da mesa:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ANVISA, representado pela Sra. Cristiane Yamamoto Dutra; - SDA (MAPA), representado pelo Sr. Paulo Rogério; - RECINTOS / TERMINAIS alfandegados, representado pelo Sr. Sidney Ruckert – SCPAR; - ACISFS / SINDAESC (Despachantes Aduaneiros) – representado pela Sra. Elisabeth Lasala Cidral; - ACIJ / Importadores/Exportadores – Maysa Fischer; 	
2. RECEITA FEDERAL DO BRASIL	<p>Sr. Roberto Estrugala, Delegado Adjunto da Alfândega da RFB agradece a presença de todos na reunião presencial e também aos que estão acompanhando via online. Informa que o delegado Sr. Edwilson está em outra reunião e por isto não pode comparecer à Colfac. Solicita que os componentes da mesa se apresentem.</p> <p>Todos fazem sua breve apresentação, e Sr. Roberto inicia falando que desde 03/11/2020 a Superintendência da 9ª Região Fiscal da RFB implementou uma série de alterações na condução de processos relativos ao controle aduaneiro. Mais atividades foram regionalizadas. Citou como exemplo as atividades de despacho de exportação, gestão de riscos (inteligência), cadastros aduaneiros, cancelamentos de declarações, desdobramentos de DI, acompanhamentos judiciais, entre outros. Complementa que, na área aduaneira, a 9ª Região Fiscal (PR e SC) é uma das primeiras a adotar essa nova sistemática.</p> <p>Na sequência, Sr. Roberto passa os quantitativos da RFB desta alfândega, e explica que a Receita está trabalhando mais com a parte de inteligência, na análise de riscos, então a tendência é diminuir os canais vermelhos.</p>	
	<p>Importação Outubro/2020 Total de 5.721 DIs 5.500 DI's em canal verde 88 DI's em canal amarelo 124 DI's em canal vermelho 09 DI's em canal cinza'</p>	<p>Exportação Outubro/2020 Total de 3.987 DUE's 3.624 DUE's em canal verde 352 DUE's em canal laranja 11 DUE's em canal vermelho</p>

	<p>Intervenientes questionam sobre os tempos, e Sr. Roberto informa que ainda estão trabalhando na forma de extrair os dados.</p> <p>Intervenientes também questionam que com a regionalização os tempos mudaram um pouco, que quando os processos desta alfândega não dependiam de fiscal de outro recinto, eram mais rápidos, e citam casos recentes de demora.</p> <p>Sr. Roberto responde que a respeito da regionalização a RFB ainda está em período de ajustes e adaptação, mas que de uma forma geral está buscando uma padronização, sobre as técnicas de verificação física, exame documental, etc. Que com o passar do tempo os fiscais vão conhecendo melhor os processos, e que a DIANA tem acompanhado este assunto com bastante preocupação e faz reuniões regulares afim de padronizar os procedimentos, que o entendimento é que não ocorra mais diferenciação entre as unidades da Receita Federal no Brasil, e a tendência é melhorar. Comenta também que a RFB de SFS, tem conversado com os recintos (terminais) afim de agilizar os posicionamentos para verificação física.</p> <p>Intervenientes reclamam que após a regionalização há muita demora dos fiscais de outras RFB, em dar seguimento aos processos, demorando mais dias para ser analisados e vistoriados em caso de canal vermelho, e comentam que na legislação aduaneira não consta qual o prazo que o fiscal tem para liberação, e questionam como a RFB mensura isto, qual o tempo (dias/horas).</p> <p>Sr. Roberto informa que realmente não consta na legislação aduaneira, mas que existem metas internas estipuladas pela RFB, 72h pra canal amarelo e 120h pra canal vermelho.</p>
3. ANVISA	<p>Sra. Cristiane Yamamoto Dutra, fiscal da ANVISA, inicia falando do Porto Sem papel, informa que estão recebendo as informações com atraso, e cita algumas situações ocorridas e reforça que a Anvisa tem prazos internos que devem ser cumpridos e este tipo de atraso gera problemas pra eles.</p> <p>Comenta que as agências marítimas quando solicitam a Livre Prática colocam os documentos no sistema, mas o órgão responsável por validar e enviar as informações pelo sistema é o Porto (SCPar) e solicita que verifiquem se está ocorrendo algum problema neste envio.</p> <p>Sr. Sidney, representante do porto público, informa que o porto como autoridade portuária é responsável pela validação do Porto sem Papel, e informa que vai conversar com o setor responsável.</p> <p>Sra. Cristiane fala sobre as pendências sanitárias do porto público e relata que em outubro esteve juntamente com o Sr. Flávio da Anvisa, fiscalizando o terminal graneleiro e durante a inspeção foi verificado que algumas das exigências foram cumpridas, mas que já existe um cronograma para as melhorias e cumprimento das demais exigências exaradas e caso haja necessidade de extensão de algum</p>

prazo o porto pode solicitar, explicando os motivos do atraso. Complementa que a intenção da Anvisa é fiscalizar e orientar para que seja cumprida a legislação, ressalta que este trabalho já começou em 2019, e que a Anvisa tem acompanhado desde então, cita a questão dos resíduos do porto público, que a situação estava bem complicada, mas que o terminal tem tomado algumas ações e se empenhado para se adequar às exigências.

Informa também que a Anvisa tem acompanhado as empresas que fazem a coleta de resíduos para que estejam dentro das exigências.

Sr. Paulo Rogério, informa que o Porto SCPar está em fase de Habilitação junto ao Ministério da Agricultura, e que a habilitação depende muito do trabalho que a Anvisa está fazendo, principalmente com relação ao terminal graneleiro, informa que havia uma habilitação dele, mas que perdeu devido ao não atendimento de uma série de exigências, sendo que muitas destas também são exigências da Anvisa. Complementa que existe ainda muitas pendências e que o MAPA deu mais um prazo para resolução.

Comenta na questão de resíduos dos grãos, causam uma série de riscos para o próprio produto, pessoas e população que moram próximas a área portuária, sendo necessário fazer as melhorias com urgência.

Sra. Cristiane complementa que as algumas das exigências da Anvisa tem interface com o MAPA, Ibama e outros órgãos, que há uma fiscalização constante, mas é importante o trabalho em conjunto entre estes órgãos, considerando principalmente o número reduzido de servidores.

Fala que com relação a outros terminais também está sendo feito um trabalho de fiscalização periódica e que houve bastante melhorias.

Sra. Cristiane fala que irá chamar o representante do OGMO para tratar de alguns assuntos com relação aos TPAs, cita que muitos não estão usando máscaras nem observando os protocolos de prevenção do Covid. Solicita também ao porto público que durante a operação dos navios, mantenham limpos os resíduos de grãos, fertilizantes, etc., porque quando chove parte destes resíduos vão pro mar, podendo contribuir para um desequilíbrio ambiental.

4. MAPA

Sr. Paulo Rogério fiscal do Ministério da agricultura, fala que não pode estar presente na reunião anterior, o qual foi representado pelo Sr. Conrado, e que havia uma demanda pendente com o MAPA sobre o aumento de tempo na liberação. Sobre isto, informa que o MAPA Itapoá está se adaptando a uma nova realidade, por conta da diminuição de fiscais.

Sr. Paulo, comenta que no MAPA assim como em outros órgãos, muitos documentos e papeis foram eliminados, mas ainda assim existem muitas burocracias e exigências internas que tomam bastante tempo dos servidores, e além disto ainda há uma

	<p>diminuição do número de pessoas trabalhando, visto que muitos fiscais se aposentaram e não há substituição destes profissionais, sobrecarregando a todos os demais.</p> <p>Informa que a unidade de São Francisco do Sul está sobrecarregada, devido a dispensa dos estagiários por conta de cumprimento do Decreto de protocolos da pandemia. Ficando a unidade somente com uma atendente.</p> <p>Sra. Elisabeth Lasala representante dos despachantes comenta que o Porto de Itapoá cede quatro profissionais pra trabalhar na unidade do MAPA de Itapoá, e sugere à SCPAR para que estes verifiquem sobre estas reposições de pessoal, pois sobrecarrega os fiscais que além de todo o trabalho pra atender os recintos locais, também precisam se deslocar pra atender Joinville.</p> <p>Sr. Paulo fala que a Multilog em Joinville contatou o MAPA sobre a viabilização de vistorias à distância, a exemplo da RFB que já vem usando também desta forma, cita que em Santos o MAPA já vem fazendo desta forma. Complementa que alguns tipos de mercadoria não são viáveis fazer por esta forma de inspeção, pois nas imagens nem sempre é possível ver com clareza a questão de insetos, etc.</p> <p>Sr. Juarez Porto de Itapoá, informa que o porto já entrou em contato com o MAPA sobre a possibilidade de inspeção das LI's à distância afirma que a Internet é de boa qualidade e se coloca à disposição pra ajudar.</p>
<p>5. DEMANDAS recebidas Importadores/Exportadores</p>	<p>Sra. Maysa Fischer, representante da ACIJ (Exportadores / Importadores), informa que os importadores e exportadores solicitam ajuda através deste fórum, pois não conseguem contato com a RFB sobre atualização do Radar, que alguns clientes não estão conseguindo se cadastrar, alterar modalidade ou renovar seus cadastros no Radar, impossibilitando a importação e a exportação.</p> <p>Sr. Marco Leão representante da ACIJ, reforça sobre o assunto e cita alguns casos críticos que estão há meses aguardando análise da RFB.</p> <p>Sra. Maysa Fischer, que a RFB de SFS, ajude a intervir neste assunto e pede apoio pra que leve este assunto as pessoas responsáveis pelo Radar, pois não conseguem retorno da RFB de Joinville.</p> <p>Sr. Roberto Estrugala informa que este serviço foi centralizado na RFB de Curitiba, e sugere que a ACIJ encaminhe à RFB de Curitiba um ofício relatando todas as dificuldades.</p> <p>Sr. Marco Leão, solicita que este assunto seja cobrado pela COLFAC, que se possa usar este canal para informar aos demais envolvidos sobre as dificuldades enfrentadas.</p> <p>Sr. Roberto Estrugala informa que vai encaminhar a solicitação recebida para a RFB de Curitiba, mas reforça a importância de se encaminhar um ofício com as demandas diretamente ao órgão. Informa que devido a centralização, há um volume grande de</p>

	<p>processos, que pode gerar demora.</p> <p>Sr. Paulo Rogério, fiscal do MAPA, comenta que as Colfacs foram criadas com a ideia de coletar as manifestações dos usuários em todo o Brasil, que é importante utilizar este canal, e sugere também que seja levada as demandas pelos representantes da categoria, para a COLFAC no Paraná, ou onde está centralizado o serviço em questão.</p>
<p>6. RECINTOS – Porto de SFS - SCPAR</p>	<p>Sr. Roberto Estrugala informa que como o Terminal Graneleiro da Cidasc foi incorporada ao Porto Público SCPAR, a RFB fez o cadastramento e o código do recinto alterou de 9981303 para 9981301, não podendo mais ser utilizado o código antigo.</p> <p>Sr. Sidney informa que sobre o assunto do <i>gate</i>, foi concluído o termo de referência, que houve um problema na questão do orçamento, visto que o equipamento é cotado em dólar e houve muito aumento da moeda, sendo necessário fazer novos orçamentos e licitação, mas que o porto assume o compromisso de lançar o edital antes do término do ano.</p> <p>Sr. Sidney passa a palavra ao Presidente da SCPAR São Francisco do Sul.</p> <p>Sr. Fabiano Ramalho, se apresenta e fala sobre o tema do Terminal Graneleiro, o qual o Porto público assumiu em dezembro de 2019, e desde então estão trabalhando em conjunto para a conclusão do processo de transição, e por conta da complexidade acaba impactando na tomada de decisão de soluções exigidas pelos órgãos anuentes como a Anvisa.</p> <p>Informa ainda que estão fazendo um processo de adequação e cita como exemplo que é necessário fazer um asfaltamento no pátio pois este não é adequado, atrapalhando a limpeza correta dos resíduos.</p> <p>Informa que nos últimos seis meses quase vinte pregões foram realizados para fazer as contratações para as adequações necessárias, sendo a maioria envolvendo o terminal graneleiro.</p> <p>Complementa que o Porto tem feito um esforço grande de adequação para as conformidades de acordo com o que a legislação exige e que como gestor público precisa mostrar transparência, eficiência e qualidade na contratação pública. Cita alguns casos de economia nos recursos, como exemplo da contratação de Dragagem de manutenção, que houve uma economia em cerca de 15 milhões e fala que este resultado é o esforço de toda uma equipe empenhada em melhorar a gestão e oferecer a comunidade de Comércio exterior uma estrutura eficiente de operação.</p>
<p>7. GT COLFAC</p>	<p>Apenas assuntos locais foram tratados;</p>

<p>8. Demais assuntos - Encerramento</p>	<p>Sr. Estrugala encerrou a reunião, e ficou definida a data da próxima COLFAC (nº 023) para o dia 09/12/2020 às 9h, em plataforma online e presencial ainda à definir de acordo com a situação de gravidade do Covid no município.</p> <p>Eu, Elisabeth Lasala Cidral, lavrei a presente ata.</p> <p>Devido a quarentena por conta da pandemia do Covid-19, não foi possível coletar as assinaturas, sendo a aprovação da ata feita por e-mail.</p>
	<p>Roberto Hammerschmidt Estrugala Delegado Adjunto da Receita Federal em São Francisco do Sul/SC</p>
	<p>Paulo Rogério Silva Auditor Fiscal Federal Agropecuário em Itapoá/SC</p>
	<p>Cristiane Yamamoto Dutra Auditora Fiscal da ANVISA em São Francisco do Sul/SC</p>
	<p>Elisabeth Lasala Cidral Representante ACISFS e SINDAESC (Despachantes Aduaneiros)</p>
	<p>Maysa Fischer Representante ACIJ / Importadores/Exportadores</p>
	<p>Sr. Sidney Ruckert (Porto de São Francisco do SUL – SCPAR) Representante dos Recintos e Terminais alfandegados</p>